

Riqueza e *status* entre mulheres negras no Brasil

Recebido: 27.05.15

Aprovado: 28.03.16

Emerson Ferreira Rocha*

* Graduação em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008), mestrado em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2010) e doutorado em sociologia pela Universidade de Brasília (2015). Atualmente é professor adjunto da Universidade de Brasília. <erochedo@gmail.com>

Resumo: Este artigo estuda a participação das mulheres negras no grupo dos ricos no Brasil. São definidos como ricos aqueles que integram o conjunto de 1% com maiores rendimentos advindos do trabalho principal. Através de modelos logísticos, estima-se em que medida a escolaridade, incluindo a segmentação por áreas de formação superior, contribui para as desvantagens desse grupo de mulheres quanto à participação entre os ricos. Estima-se também a contribuição relativa da remuneração discriminatória dos níveis educacionais. O estudo aborda também como a condição racial afeta a condição de *status* das mulheres negras ricas, sendo o conceito de *status* operacionalizado a partir das dinâmicas conjugais. O que se observa é que mulheres negras ricas, além de tenderem a não contar com um cônjuge, experimentam maiores probabilidades de estarem unidas a cônjuges não ricos, em comparação com as mulheres brancas. Isso indica que a condição racial deprecia suas possibilidades de conversão da afluência econômica em *status* social. A análise da dinâmica matrimonial é realizada com base em modelos logísticos multinominais. Os dados são provenientes do Censo Demográfico de 2010.

Palavras chave: desigualdade racial, desigualdade de gênero, riqueza, *status*, endogamia racial.

Introdução

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é um fenômeno com múltiplas dimensões. Com efeito, há uma relação muito estreita entre a diferenciação do mercado de trabalho e a inclusão feminina (Goldin, 1994). Por outro lado, mudanças no campo da cultura vêm alterando o comportamento das mulheres frente ao mercado de trabalho (Lombard, 1999). A pesquisa quantitativa sobre o tema tem se dedicado majoritariamente a três tópicos. Embora relacionados, cada um leva a abordagens com unidades de análise distintas.

O primeiro tópico diz respeito ao próprio nível de inclusão no mercado de trabalho. Trata-se de perceber como a inserção das mulheres evolui ao longo do tempo, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, assim como estudar os fatores que condicionam essa evolução. Não há apenas um aumento quantitativo na participação das mulheres no mercado de trabalho, essa participação também dá sinais de consolidação, estendendo-se por todas as faixas etárias (antes havia concentração em mulheres jovens, indicando talvez a saída do mercado de trabalho em função do casamento) e havendo também mais forte tendência de que mulheres desempregadas persistam na população economicamente ativa (Hoffmann & Leone, 2004).

As mulheres sofrem desvantagens no mercado de trabalho como barreiras ao ingresso, acentuada segregação ocupacional e rendimentos médios inferiores aos dos homens. Contudo, alguns aspectos de sua inserção são relativamente positivos. Há, por exemplo, evidência de alguma concentração da inserção feminina em posições com proteção legal, como a de carteira de trabalho assinada no setor privado (Galeazzi *et alii*, 2011; Bruschini & Puppini, 2004); processos recentes de precarização das relações de trabalho têm atingido mais fortemente a população masculina (Galeazzi *et alii*, 2011). Há também uma redução no hiato salarial, explicada em boa medida pelos crescentes níveis de escolaridade das mulheres (Barros *et alii*, 2001). A contrapartida desse processo é o aumento da desigualdade de renda entre mulheres, mediada por desigualdades educacionais (Lavinias, 1996). Por outro lado, as taxas femininas de desemprego sofreram uma elevação mais importante durante a década de 1990 (Galeazzi *et alii*, 2011).

Prevalece, nos estudos sobre esse tópico, o mercado de trabalho enquanto unidade de análise. Isso não quer dizer que atributos individuais e familiares como educação e número de filhos não sejam levados em conta, ou mesmo que modelos de escolha individual pelo ingresso no mercado de trabalho não sejam mobilizados em certas ocasiões (Scorzafave & Menezes-Filho, 2001). A questão é que a análise se concentra em como esses mecanismos afetam a composição da força de trabalho em termos de participação feminina.

O segundo tópico é a relação entre a inserção feminina no mercado de trabalho e os padrões de composição familiar, inclusive em termos de divisão sexual do trabalho. Um fato importante para esse tópico é o de que, embora a participação de mulheres chefes de família tome uma porção relevante desse incremento, a maior parte do crescimento na participação das mulheres durante as últimas décadas está associado à atividade por parte daquelas que têm cônjuges (Soares & Izaki, 2002). Há estudos que abordam essa última situação sob a perspectiva de decisões conjuntas, onde a opção da mulher por trabalhar é pautada principalmente pela necessidade ou não de uma renda complementar à do companheiro. Embora esse tipo de estudo encontre de fato uma relação inversa entre o nível de renda dos cônjuges e a oportunidade de uma mulher estar economicamente ativa (Sedlacek & Santos, 1991), há aí um risco de reproduzir a ideia do trabalho feminino como renda complementar, quando podem estar atuando, de maneira subjacente, transformações culturais que atribuem um valor intrínseco ao trabalho feminino enquanto experiência de autonomia individual. Sem embargo, pesquisas qualitativas têm mostrado que o trabalho feminino tem relação com uma liberalização das crenças e representações sobre gênero no seio do grupo familiar, especialmente por parte dos cônjuges (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007). Mais ainda, a relação inversa entre a renda do cônjuge e a probabilidade de uma

mulher trabalhar não se mantém ao longo dos diferentes níveis de *status* socioeconômico, com mulheres cônjuges de pessoas com renda elevada tendo também elevada probabilidade de participação (Sedlacek & Santos, 1991), algo que definitivamente não pode ser interpretado sob o prisma da necessidade de renda complementar.

Estudos sobre esse tópico muitas vezes demandam o trabalho com a renda familiar *per capita*, ao invés da renda individual (Ramos & Soares, 1994), além de darem especial atenção à posição que a mulher ocupa no grupo familiar, assim como sua idade, denotando a preocupação com o fato de que a inserção feminina no mercado de trabalho é afeta a diferentes padrões de ciclo de vida das mulheres e a diferentes momentos nesse ciclo (Sedlacek & Santos, 1991). Embora esses estudos contemplem muitas vezes uma abordagem sobre a evolução nos níveis de inserção feminina no mercado de trabalho, a unidade principal de análise é a família.

O terceiro tópico é a discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho. Nesse caso, os estudos se concentram na desigualdade de renda entre mulheres e homens em atividade econômica. Existe ainda alguma divergência sobre a relevância da segmentação ocupacional na mediação da desigualdade de renda por gênero. Os estudos convergem para o resultado de que a maior parte dessa desigualdade não é mediada pela segmentação ocupacional (Silva & Kassouf, 2013), o que parece contraintuitivo dada a extensão dessa segmentação. Ainda assim, embora resultados divergentes possam ser encontrados em análises desagregadas por regiões metropolitanas distintas (Hoffmann, Ometto & Alves, 1999), as mulheres vêm ocupando um conjunto mais diversificado de ocupações (Costa & Ribeiro, 2000) e não há uma tendência tão acentuada, salvo algumas ocupações como a de empregada doméstica, de que ocupações majoritariamente femininas estejam associadas a menores rendimentos médios.

Assim, a maior parte da desigualdade de renda por sexo não parece ser mediada pela segregação ocupacional. A iniquidade de gênero no mercado de trabalho ocorre sobretudo em função de mecanismos capazes de gerar desigualdade no interior de grupos ocupacionais, como barreiras à ascensão de mulheres a postos de autoridade. Essas evidências reafirmam a relevância da discriminação no mercado de trabalho, que faz com que mulheres recebam menores níveis de rendimento mesmo em ocupações semelhantes às de homens (Bruschini, 1994).

A unidade de análise na linha de estudos sobre discriminação – linha na qual esse artigo se insere – é o indivíduo. Em geral, o que se quer saber é em que medida os mesmos níveis em atributos produtivos como educação e experiência não se convertem nos mesmos retornos em rendimento para mulheres e homens. É nesse

tópico que muitos trabalhos convergem para uma análise simultânea por gênero e raça, objetivo também do presente trabalho.

Sem embargo, se do ponto de vista histórico a inserção da população negra e das mulheres no mundo do trabalho são processos bastante distintos, por outro lado, as discriminações, embora baseadas também em modalidades diferentes de opressão, se realizam igualmente sob a forma de iniquidades na competição socioeconômica. Segue daí uma convergência no estudo sobre gênero e raça no que diz respeito à discriminação no mercado de trabalho. O trato analítico e operacional com essas iniquidades resolve-se de maneira semelhante, convergindo, a partir da década de 1970, para um mesmo arsenal de recursos baseados em técnicas de regressão (Blinder, 1973; Oaxaca, 1973). Mais do que simples ferramentas operacionais, essas técnicas trouxeram embutida uma lógica que define os efeitos mensuráveis da discriminação nos diferenciais entre homens e mulheres, negros e brancos, nos retornos adquiridos para níveis equiparáveis em atributos individuais produtivos. O que está em jogo é a teoria de que a desigualdade de renda que atinge negativamente grupos discriminados é, por um lado, mediada por desigualdades em atributos individuais produtivos (mormente a escolaridade formal) e, por outro, ocasionada pela menor remuneração de um mesmo nível educacional quando se trata com pessoas destes grupos. Operacionalmente, os estudos orientados por essa teoria procuram separar essas duas fontes de desigualdade de renda entre um grupo discriminado e um grupo de comparação.

Recentemente, autores preocupados com processos de discriminação têm cada vez mais observado a necessidade de oferecer um tratamento específico à situação da mulher negra, invariavelmente associada a níveis críticos em indicadores socioeconômicos (Biderman & Guimarães, 2004; De Carvalho, Néri & Nascimento Silva, 2006; Soares, 2000; Souza, Ribeiro & Carvalhaes, 2010). Sem embargo, embora as desigualdades de renda por gênero e raça venham sofrendo alguma queda durante as últimas décadas, elas se mantêm em patamares consideráveis (Barros, Franco & Mendonça, 2007) e há um nítido agravamento das desvantagens quando ocorre interação entre esses dois fatores de estratificação social.

Numa visão mais ampla, a condição da mulher negra coloca novas perspectivas sobre a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Com efeito, a inserção das mulheres negras não parte de um pano de fundo histórico de exclusão do mundo do trabalho em nome da configuração de um *status* feminino vinculado à esfera íntima. Antes, ela parte de um quadro de inserção que remonta à própria experiência escravista e se alastra pelo mercado de trabalho livre através de ocupações como o trabalho doméstico, tendo essas mulheres, muito antes que as brancas, experimen-

tado sistematicamente a condição de provedoras em configurações de família bastante distintas do modelo nuclear tipicamente “moderno”. Mais do que a simples questão da inserção em posições precárias, a inserção da mulher negra no mercado de trabalho chama a atenção para a necessidade de que a própria discussão sobre relações de gênero amplie suas perspectivas de modo a contemplar diferentes representações e vivências do feminino (Carneiro, 2003).

No que diz respeito à discriminação no mercado de trabalho especificamente, as mulheres negras, em conjunto com as brancas, têm experimentado cada vez mais a ascensão a posições mais elevadas, mas ainda assim sua condição implica em barreiras especiais. A presença de mulheres em posições de elevado nível socioeconômico começa a chamar atenção tanto de estudos qualitativos quanto quantitativos. Bruschini e Puppini (2004) mostram um crescimento no número de mulheres executivas durante as últimas décadas, observando, contudo, uma concentração em áreas relacionadas a representações tradicionais sobre o feminino, como empresas e órgãos de atuação social ou setores de recursos humanos. Alguns estudos sobre mulheres em profissões de prestígio notam haver resistências a essas mulheres (Bruschini & Lombardi, 1999). Por sua vez, estudos qualitativos têm trazido evidências, através de relatos coligidos, sobre a existência de discriminação especial contra a mulher negra no que diz respeito à ascensão profissional para postos de autoridade (Bento, 1995; Rocha *et alii*, 2014). Outros estudos, dando enfoque ao outro extremo da hierarquia socioeconômica, têm chamado atenção para a relação entre gênero e pobreza, com especial atenção dispensada às mulheres negras (Lavinhas, 1996; Lima, 1995).

Neste artigo, explora-se a condição da mulher negra quando posicionada entre os ricos, definidos estes como o grupo do 1% com maior rendimento advindo do trabalho principal. Estudos com foco sobre a pobreza são importantes por abordarem condições de vulnerabilidade ainda enfrentadas majoritariamente por pessoas negras. Do mesmo modo, estudos sobre a desigualdade de renda em torno da média têm sido muito importantes para documentar a existência de desigualdades por gênero e raça que podem ser atribuídas a práticas de discriminação. Contudo, o estudo sobre disparidades na composição do grupo dos ricos é de uma relevância teórica especial, por abordar as dinâmicas da discriminação em situações em que estas se intensificam, em função da resistência que as mulheres, sobretudo as mulheres negras, sofrem para ocuparem postos de trabalho altamente prestigiados e remunerados.

As mulheres são em média mais educadas que os homens, mas as mulheres negras, atingidas pelas barreiras associadas à raça, são apenas mais educadas que

os homens negros. Mais ainda, existe uma forte segmentação dessas mulheres ao longo das áreas de formação superior. Se altos níveis de escolaridade, especialmente a obtenção de credenciais em certas áreas de formação superior, são fatores importantes explicando as probabilidades de riqueza, é importante indagar como desigualdades educacionais persistentes, tanto em níveis globais quanto em termos de formação superior específica, medeiam ainda as desvantagens das mulheres negras. Ainda mais: como os mesmos níveis educacionais não se convertem em rendimentos com a mesma facilidade para mulheres e homens, negros e brancos, é razoável supor que esse tipo de desvantagem, relacionada a práticas de discriminação, assuma um papel preponderante na limitação das oportunidades de situar as mulheres negras dentro o grupo dos ricos. Até onde essa revisão pôde alcançar, não há estudos sobre como essas duas fontes de desigualdade (níveis educacionais e remuneração discriminatória) afetam as probabilidades de riqueza das mulheres negras.

Uma vez identificados os fatores que obstaculizam sua presença entre os ricos, restam questões sobre a situação que a mulher negra rica experimenta. Uma delas é como sua condição de riqueza se converte em posição de *status*. Posições de classe e de *status* são dimensões distintas, mas correlacionadas e uma questão importante diz respeito aos critérios que condicionam essa correlação (Weber, 1982) ou, em outras palavras, a conversão de capital econômico em capital simbólico (Bourdieu, 2007). Com efeito, a partir de estudo qualitativo, Figueiredo (2004) oferece evidências contundentes de que a discriminação racial afeta a atribuição de *status* a pessoas negras com elevado poder aquisitivo. Para os fins da presente análise, considere-se o fato de que distinções de *status* entre pessoas ou grupos com condição de classe equiparável se manifestam em restrições ao intercurso social. Uma das principais restrições, observável através das informações disponíveis no Censo Demográfico de 2010, é a constituição de uniões conjugais. Haveria uma distinção de *status* entre mulheres brancas e mulheres negras ricas, restringindo as probabilidades de essas últimas se unirem a cônjuges também ricos?

Na verdade, os estudos sobre seletividade matrimonial encerram por si mesmos um campo de pesquisa. A partir da década de 1970, alguns autores têm tentado aplicar teoria econômica para explicar a dinâmica das uniões conjugais, tomando o construto de “mercado matrimonial” como unidade de análise (Mortensen, 1988). Antes disso, um número considerável de estudos tem se dedicado à endogamia que ocorre de acordo com fronteiras de *status*, sejam elas baseadas em crivos raciais, étnicos, socioeconômicos ou de filiação religiosa (Kalmijn, 1998). Nesse segundo caso, a endogamia é vista como medida de fechamento de grupos.

Naturalmente, essa última tem sido a abordagem de interesse em estudos sobre relações raciais concentrados em duas questões relacionadas. Uma se refere aos níveis gerais de endogamia, enquanto indicadores do quão fortes são as distâncias sociais impostas por crenças e valores raciais. A outra se refere à questão do intercâmbio de *status*, que parte da observação de que pessoas negras em movimento de ascensão social tenderiam a buscar casamentos com pessoas brancas com menores níveis de *status* socioeconômico, como se os dois critérios se compensassem na busca por um cônjuge (Schwartz, 2013). Franklin Frazier (1957) documenta a tendência de que homens negros de classe elevada nos Estados Unidos, mesmo enfrentando as fortes restrições quanto ao casamento com mulheres brancas, tendiam a buscar para cônjuges as mulheres de tez mais clara dentro da população negra. No Brasil, esse fenômeno também foi explorado pela literatura clássica, em especial por Thales de Azevedo (1955) no que se refere às “elites de cor”.

A produção quantitativa brasileira mais recente tem se concentrado nas taxas gerais de endogamia e sobre sua evolução ao longo do tempo. Prevalece o uso de estatísticas descritivas, proporções, porém, mais recentemente, tem sido consolidado o uso de modelagem *log-linear*, de modo a se obterem resultados mais robustos, não contaminados pelas diferenças de representatividade dos grupos raciais na população total (Oliveira, 2006; Ribeiro & Silva, 2009). De maneira geral, a produção sobre o tema, sobretudo a literatura clássica, tem dado ênfase ao fenômeno da troca de *status* do ponto de vista do homem negro em ascensão social, mas não do ponto de vista da mulher negra. É verdade que resultados recentes confirmam ser mais provável que homens negros se unam a mulheres mais claras do que mulheres negras a homens mais claros (Oliveira, 2006; Ribeiro & Silva, 2009). Mais ainda, o preterimento da mulher negra enquanto candidata a uniões conjugais no Brasil tem sido observado por pesquisadores desde a década de 1950 e constitui forte evidência de que há acirramento da discriminação diante da interseção entre condição racial e condição de gênero (Pacheco, 2006). Contudo, é pertinente ainda indagar se, quando em condição de afluência econômica, as mulheres negras não manifestam tendência a se unirem com pessoas de cor branca.

Nesse sentido, alguns estudos recentes têm jogado um pouco de luz sobre a situação conjugal da mulher negra em condições mais afluentes. Ao utilizar a educação como indicador socioeconômico, Petruccelli (2013) traz evidências de que a endogamia racial para pessoas brancas é maior em estratos sociais mais elevados, relação que se inverte entre as mulheres negras, que tendem a mais uniões racialmente exogâmicas quanto maior o seu *status* socioeconômico. Esses resultados são confirmados por estudo mais recente (Ribeiro & Silva, 2009). Parece, portanto, que não apenas o homem, mas também a mulher negra experimenta redefinições em seus

padrões de endogamia racial a partir da ascensão de classe. Para fins do presente estudo, o que a bibliografia sugere é que se deve esperar que as mulheres negras ricas se unam mais frequentemente a pessoas brancas do que as mulheres negras não ricas. Algo que será confirmado.

A abordagem das relações exogâmicas feita nesse artigo difere da produção sobre o tema em dois principais aspectos. O primeiro se refere ao nível de agregação dos grupos de cor. Está bem estabelecido pela produção sobre o tema que há diferenças importantes entre pretos e pardos no que se refere às relações de endogamia, embora o mesmo, de maneira geral, não se confirme em se tratando da desigualdade racial em indicadores socioeconômicos. Edward Telles (2003) sintetiza essa diferença ao afirmar que prevalece no Brasil uma divisão racial binária nas “relações verticais”, isto é, de hierarquia socioeconômica, mas uma divisão politômica nas “relações horizontais”, ou seja, no caso de relações interpessoais como a constituição de uniões conjugais. Contudo, como o número de mulheres declaradas pretas entre os ricos é muito pequeno, esse estudo aprecia os padrões de endogamia levando em conta a classificação binária, por permitir estimativas mais seguras. O principal risco nesse procedimento é obscurecer as diferenças raciais na dinâmica matrimonial. Como será visto, a classificação aqui adotada é suficiente para apontar padrões diferenciais bem nítidos de endogamia/exogamia para mulheres brancas e negras ricas.

O segundo aspecto em que esse trabalho difere da tendência geral em estudos sobre endogamia diz respeito ao foco específico sobre o ponto de vista da mulher negra, especialmente o da mulher negra e rica. O objetivo não é medir taxas gerais de endogamia/exogamia racial, mas sim analisar os níveis de endogamia por classe (ricos *versus* não ricos) e por raça das mulheres negras ricas, tomando as mulheres brancas ricas como comparação.

Dados

Esse trabalho utiliza dados provenientes da amostra do Censo Demográfico de 2010, que abarca 6.192.332 domicílios, 10,7% do total de domicílios do país, perfazendo uma população de mais de 20 milhões de pessoas. A principal motivação para a escolha dessa base de dados é que ela, diferentemente das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad), traz informações sobre a área de formação superior da pessoa, a qual é importante para o estudo a desigualdade racial e de gênero na composição do grupo dos ricos.

Para a classificação das pessoas como ricas ou não ricas, utiliza-se o rendimento bruto no trabalho principal, anterior a descontos fiscais, previdenciários ou de qual-

quer outra ordem. Como deduções previdenciárias e outras deduções relacionadas a benefícios são traduzidas também em circunstâncias de bem-estar, opta-se por trabalhar com os rendimentos brutos. Do ponto de vista da estratificação social, um dos pontos delicados no tratamento com rendimentos é que eles estão mais sujeitos a flutuações em comparação com outros indicadores de posição socioeconômica como a ocupação e a escolaridade. Para as frações da amostra com rendimento mais baixo, essas dificuldades podem ser acentuadas pela prevalência de fluxos de renda especialmente instáveis. Como o foco da presente pesquisa é o grupo dos ricos, optou-se por lidar com essa dificuldade através da exclusão dos rendimentos inferiores a um salário mínimo. O salário mínimo à data de referência do Censo de 2010 era de R\$ 510,00.

Estabeleceu-se um intervalo de idade para inclusão na amostra em estudo, com o que se exclui pessoas em fase muito recente de suas carreiras. A idade mínima para inclusão também evita que padrões diferenciados de transição entre escola e trabalho afetem os resultados. Estabelecer uma idade máxima para inclusão é igualmente importante. Para faixas de idade mais avançadas, a distribuição das pessoas no mundo do trabalho fica distorcida a favor das ocupações que suportam uma vida laboral mais longa. Adotou-se então como teto a idade de 60 anos. O resultado é uma população com pessoas entre 25 e 60 anos, que auferem rendimento mensal igual ou superior a um salário mínimo.

A delimitação do grupo dos ricos é relacional. São considerados ricos o 1% com maior renda, seguindo uma prática usual no campo de estudos sobre concentração de rendimentos (Medeiros & Souza, 2014). Como mulheres contam em média com jornadas de trabalho sensivelmente inferiores aos homens (Oliveira Fontoura & Gonzalez, 2009), opta-se pela renda horária. O 99º percentil da renda horária passa a contar como linha de riqueza. Esse valor foi de R\$ 62,50, representando uma renda mensal de R\$ 11.250,00 para uma jornada de 40 horas semanais em um mês com quatro semanas e meia.

Algumas técnicas utilizadas nesse estudo para mensurar impactos da discriminação demandam, em razão da teoria que as motiva, que se insira apenas atributos individuais como fatores explicativos da probabilidade de pertencer ao grupo dos ricos (Fairlie, 1999; Cotton, 1998; Kitagawa & Hauser, 1968; Oaxaca & Ransom, 1994; Yun, 2009). Sendo assim, o controle estatístico pela segmentação geográfica, especialmente importante para os padrões observados de desigualdade racial, será implementado através da restrição da aplicação desses modelos às zonas urbanas da Região Sudeste. Isso quer dizer que as estimativas apresentadas aqui não se referem ao Brasil como um todo. A inserção explícita de indicadores regionais no modelo

permitiria apresentar resultados para outras regiões, mas comprometeria o propósito teórico do presente estudo. O que está em jogo aqui é uma teoria sobre as desigualdades de renda por discriminação em termos de duas fontes: (a) mediação por atributos individuais produtivos e (b) remuneração discriminatória desses atributos. Como a relevância dessa última fonte é acessada através de exercícios de simulação que levam em conta todos os coeficientes estimados por um modelo, a inclusão de variáveis que não dizem respeito a atributos individuais produtivos tornaria os exercícios incompatíveis com a discussão teórica que os motivam. De qualquer forma, a aplicação, omitida aqui, dos modelos a outros segmentos regionais apresenta resultados semelhantes aos apresentados para as zonas urbanas da região sudeste. A Tabela 1 mostra algumas estatísticas descritivas de interesse para a população total e para a população sob estudo.

TABELA 1
ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS. RENDA IGUAL
OU SUPERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO (BRASIL, 2010).

Brasil		
	Branços	Negros
Ricos	2,65%	0,60%
Renda (média em R\$)	2.0000,00	1.196,00
Educação Superior	24,49%	10,26%
Médio Completo	34,73%	33,91%
Fundamental Completo	15,14%	17,79%
Fundamental Incompleto	25,36%	38,04%
Idade (média em anos completos)	39,6	38,7
Sudeste urbano		
	Branços	Negros
Ricos	2,96%	0,45%
Renda (média em R\$)	2.138,00	1.198,00
Educação Superior	27,36%	9,19%
Médio Completo	35,27%	33,47%
Fundamental Completo	15,27%	19,50%
Fundamental Incompleto	22,10%	37,83%
Idade (média em anos completos)	39,7	39,0

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2010- Microdados. Elaboração própria.

Existem algumas evidências não conclusivas sobre diferenças nos padrões de endogamia em se tratando de uniões no Brasil, dado estas serem formais ou, de maneira mais abrangente, consensuais (Oliveira, 2006), destoando de resultados obtidos internacionalmente (Schwartz, 2013). No presente estudo, não se utilizou o

questão do Censo 2010 sobre estado civil para indicar a condição conjugal, mas sim a resposta à questão, anterior no fluxo do questionário, “Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)?”. Os padrões de união conjugal têm passado por fortes transformações durante as últimas décadas, incluindo a crescente opção por uniões consensuais. A relação entre essas mudanças e os padrões de endogamia não são, contudo, objeto desse estudo. Sendo assim, procurou-se uma definição operacional abrangente o bastante para abarcar diferentes modalidades de união, definidas apenas pelo critério, que se julga aqui o mais decisivo, de o casal constituir uma vida conjunta em domicílio. As variáveis aqui utilizadas são as seguintes.

A primeira variável é a idade, importante não apenas por estar correlacionada aos rendimentos, mas também por captar diferentes momentos no ciclo de vida das pessoas, embora essa relação com os ciclos de vida se confunda com efeitos de coorte. Outra variável é o número de filhos, que varia de zero a cinco, com o número cinco representando todas aquelas mulheres com cinco filhos ou mais. Como a idade, essa variável se relaciona ao ciclo de vida das mulheres, mas tendendo as gerações mais antigas a terem mais filhos, efeitos de coorte também são captados, sem ser objetivo desse estudo distinguir esses efeitos.

A terceira variável refere-se aos níveis educacionais, operacionalizada de dois modos. No primeiro há quatro indicadores: (a) ensino fundamental incompleto ou menos, (b) médio incompleto ou menos (inclui fundamental completo), (c) superior incompleto ou menos (inclui médio completo) e (d) curso superior completo, incluindo mestrado ou doutorado. Na segunda especificação, os mesmos níveis de ensino são considerados, tomando-se a categoria “ensino fundamental incompleto ou menos” como base de comparação, mas o curso superior é desagregado em diferentes áreas de formação. O agrupamento dessas áreas segue um procedimento com base em regressões logísticas sucessivas. Segundo esse procedimento, são sucessivamente agrupadas as formações com níveis semelhantes de associação com a probabilidade de ser rico, tendo-se obtido um conjunto de doze categorias de áreas de formação.

A quarta variável é um indicador binário para a condição de riqueza. Ele assume o valor de um quando se está no grupo dos ricos e o valor zero caso não. Já a quinta variável é um indicador de situação conjugal e endogamia de classe, que se define em três categorias: (a) vive com cônjuge rico, (b) vive com cônjuge não rico ou (c) não vive com cônjuge. A sexta e última variável indica ao mesmo tempo situação conjugal, endogamia de classe e endogamia racial. São cinco categorias: (a) vive com cônjuge rico e branco, (b) vive com cônjuge rico e negro, (c) vive com cônjuge não rico e branco, (d) vive com cônjuge não rico e negro ou, finalmente, (e) não vive com cônjuge.

1. De maneira geral, as razões de oportunidade são utilizadas quando se deseja interpretações do tipo “tudo o mais constante” no contexto de regressões logísticas. Esse é o caso nesse exercício específico, na medida em que se pretende estimar as desvantagens das mulheres negras em três situações: (1) não considerando escolaridade, (2) mantendo a escolaridade constante, considerando a formação superior como um bloco e (3) mantendo a escolaridade constante, considerando-a mesmo em termos de áreas de formação superior. Embora as razões de oportunidade sejam uma quantidade interessante exatamente por se manterem constantes ao longo da superfície de resposta do modelo logístico, deve-se notar que sua utilização depende de algo mais. Essa quantidade só é utilizada porque se assume poder interpretá-la como razão entre probabilidades, o que nem sempre é o caso, a depender das probabilidades de resposta em jogo, que precisam ser pequenas para que a razão de oportunidades (oportunidade de estar entre os ricos, no presente caso) entre dois

Metodologia

A disparidade racial de riqueza será abordada através da técnica de regressão logística, que permite que se estime a influência de diversos fatores sobre a probabilidade de se estar no grupo dos ricos. Operacionalmente, estima-se a relação entre educação, idade, condição racial e probabilidade de ser rico. Com esse modelo de regressão, é possível aferir o quanto a disparidade de riqueza sofrida pelas mulheres negras se deve a desigualdades educacionais em geral e a desigualdades em termos de área de formação superior. Mais especificamente, estima-se a razão de oportunidade de estar entre os ricos entre as mulheres negras, de um lado, e cada um dos outros três grupos de sexo e raça por outro (homens negros, mulheres brancas e homens brancos). Essas razões são estimadas para os três níveis de controle por escolaridade mencionados na seção anterior (sem controle, com controle por educação em geral, considerando-se também as áreas de formação)¹.

Com a última especificação do modelo acima, que inclui as diferentes áreas de formação superior, pode-se estimar qual seria a probabilidade média de as mulheres negras serem ricas caso o mercado de trabalho se comportasse, para elas, do mesmo modo como se comporta para (a) homens brancos, (b) mulheres brancas e (c) homens negros. Nesse caso, trata-se de estimar as desvantagens das mulheres negras que não são mediadas pela educação formal, mas sim ocasionadas pela remuneração discriminatória. De maneira mais específica, trata-se de construir cenários contrafactuais a partir do cômputo de probabilidades médias. A probabilidade média de estar entre o 1% mais rico, associada a um grupo, consiste na média entre as probabilidades que o modelo atribui a cada um dos indivíduos pertencentes a esse grupo, com base nos coeficientes estimados. Uma vez estimados os coeficientes, é possível calcular a probabilidade média associada às mulheres negras, aplicando-se apenas ao seu subconjunto na amostra o comportamento que o modelo descreve para cada um dos outros grupos. Em outras palavras, o exercício considera as mulheres negras com seus níveis de escolaridade e de idade reais, mas prevê as probabilidades de riqueza considerando o comportamento que a função assume para outros grupos.

As relações conjugais também serão exploradas através de regressões logísticas, nesse caso, multinomiais (Treiman, 2010). O objetivo é estimar a probabilidade de que as mulheres, a depender de sua condição racial e de riqueza, estejam ou não vivendo com cônjuges e com qual categoria de cônjuge. Os resultados são apresentados em termos de probabilidades médias, ao longo de diferentes pontos na superfície de resposta do modelo, que agora inclui, além de sexo, raça, educação e idade, o número de filhos. A motivação para essa inclusão é a seguinte: em se tratando de probabilidades de união conjugal, idade e número de filhos são indica-

dores relacionados ao ciclo de vida das pessoas, afetos à probabilidade de se estar unida a um cônjuge.

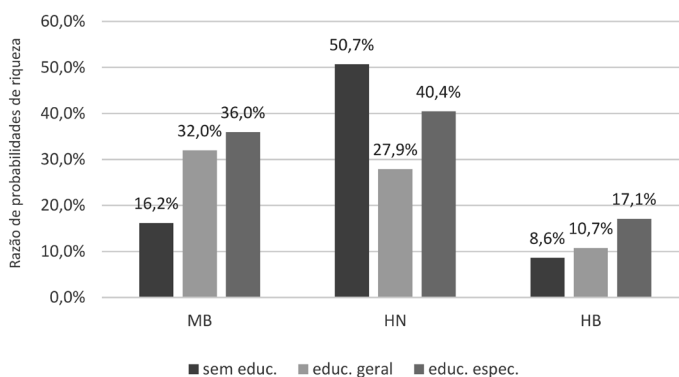
Finalmente, uma preocupação especial no estudo sobre níveis de endogamia diz respeito ao fato de que os resultados podem ser distorcidos pelas diferentes representações dos grupos na população em estudo (Ribeiro & Silva, 2009). Isso não é problema para regressões logísticas, cujas estimativas levam em conta as distribuições marginais dos grupos na população em estudo.

Resultados

Primeiramente, vejamos os resultados acerca da mediação educacional das disparidades de riqueza que atingem a mulher negra. O objetivo é observar como essa mediação se comporta diante dos homens negros, das mulheres brancas e dos homens brancos. Para isso, são implementadas três especificações de uma regressão logística explicando a probabilidade de pertencer ao grupo dos ricos. Na primeira, essa probabilidade varia apenas de acordo com a idade, com o sexo e com a cor. Na segunda, varia também de acordo com níveis educacionais, tomando-se o nível superior como um bloco. Na terceira, as diferentes áreas de formação também são especificadas. Em geral, a expectativa é que as desvantagens das mulheres negras perante os outros grupos caiam na medida em que se especificam controles pelas desigualdades educacionais. Com relação aos homens negros a expectativa é inversa, já que esses últimos contam, na verdade, com menores níveis de escolaridade que as mulheres negras. O Gráfico 1 mostra os resultados desse exercício.

grupos seja uma aproximação da razão entre as probabilidades desse mesmo desfecho (Hoetker, 2007; Norton, Wang e Ai, 2004). No presente caso, pode-se contar com essa aproximação, já que a probabilidade de estar entre os 1% mais ricos é pequena para qualquer dos grupos de raça e sexo em questão.

GRÁFICO 1
PROBABILIDADES DE RIQUEZA COM
DIFERENTES NÍVEIS DE CONTROLE POR EDUCAÇÃO



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

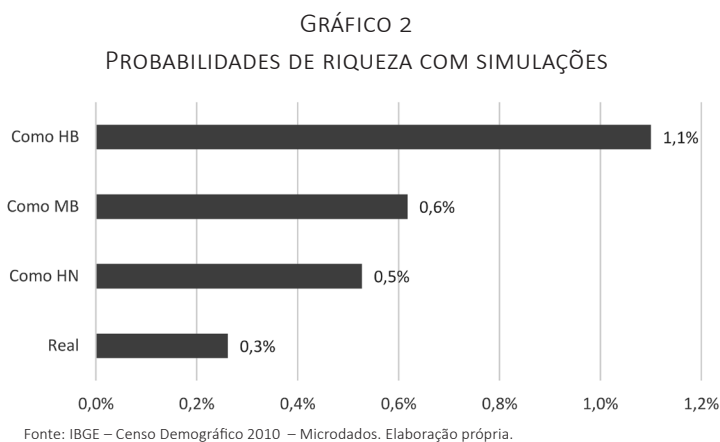
De maneira geral, o que se observa é que uma parte relativamente discreta da desvantagem da mulher negra com relação ao homem branco é mediada pela educação. Mesmo quando se descontam os efeitos da desigualdade educacional em termos de áreas de formação superior, a razão entre probabilidades de riqueza eleva-se de 8,6% para apenas 17,1%. Observa-se também um papel mais saliente das desigualdades por área de formação do que em termos de educação em geral. O desconto da desigualdade educacional em geral exerce um impacto de apenas 2 pontos percentuais, enquanto o desconto da desigualdade por áreas de formação exerce um impacto adicional de mais de 6 pontos. Em comparação com as mulheres brancas, a situação é a inversa. Primeiramente, nota-se um papel mais relevante das desigualdades educacionais entre esses dois grupos na determinação da disparidade de riqueza. Além disso, a maior parte dos impactos é exercida pela desigualdade educacional em geral e uma parte menor pela desigualdade em termos de educação específica. Em outras palavras, em comparação com a mulher branca, as desvantagens educacionais relativas da mulher negra parecem estar antes no acesso ao ensino superior, com um papel adicional exercido pelas áreas de formação. Já com relação ao homem branco, o ingresso no ensino superior é importante, mas mais importante ainda é a segmentação no interior desse nível.

Com relação ao homem negro o cenário é ainda mais interessante. Por um lado, as mulheres negras estão em vantagem sobre eles no que se refere aos níveis globais de educação. Assim, quando a desigualdade por educação em geral é controlada, a disparidade de riqueza entre homens e mulheres negras se acirra ao invés de se amenizar. Isso acontece porque, nesse caso, o que há é um desconto não de desvantagens, mas das vantagens educacionais dessas últimas sobre os primeiros. Já quando se exerce controle também pelas áreas de formação, o impacto é inverso: a disparidade de riqueza se recupera de 27,9% para 40,4%. Isso indica que embora estejam em vantagem sobre os homens negros em termos educacionais de maneira geral, as mulheres negras permanecem em desvantagem no que se refere à sua distribuição por áreas de formação. Por fim, note-se que o resultado final dos controles pela desigualdade educacional altera a magnitude das disparidades entre as mulheres negras e os outros grupos, mas não a ordem. No que se refere às disparidades brutas, sem controle por educação, a mulher negra está mais próxima ao homem negro e muito mais distante de mulheres e de homens brancos, tomados em conjunto. Quando se descontam as desigualdades educacionais, mesmo em termos de áreas de formação, as mulheres negras continuam mais próximas ao homem negro, mas também relativamente mais próximas à mulher branca, mantendo, contudo, grande distância em relação ao homem branco.

O próximo passo é observar não o papel das desigualdades educacionais, mas sim da desigualdade em termos do quanto um mesmo nível educacional se converte em probabilidades de riqueza. Uma extensa literatura técnica considera esse tipo

de desigualdade uma boa aproximação para os efeitos da discriminação no mercado de trabalho (Bauer, 2006; Cotton, 1988; Fairlie, 1999; Oaxaca & Ransom, 1994; Reimers, 1983). Na verdade, embora essa medida contenha efeitos da discriminação direta, uma vez que expressa as restrições que grupos discriminados sofrem para reverter seus atributos produtivos em renda, ela contém também os impactos de outros mecanismos de mediação que não a desigualdade educacional, contudo não inseridos no modelo, como acesso diferencial a redes de contato economicamente úteis, variações do prestígio associado a instituições de ensino, enfim, todo o conjunto de condições que desfavorece o grupo em questão no momento de encontrar oportunidades de trabalho que remunerem de maneira equânime suas credenciais, por comparação a outros grupos em condições mais vantajosas.

O exercício consiste no seguinte: considere-se a última especificação de regressão logística utilizada no exercício anterior, em que a probabilidade de riqueza é explicada pela cor, pelo sexo, pela idade e pelos níveis educacionais inclusive em termos de áreas de formação. Para cada grupo de sexo e cor, a função obtida descreve a distribuição das probabilidades de riqueza de acordo com os atributos individuais das pessoas nesses grupos. O exercício consiste em simular o que ocorreria com a distribuição de probabilidades de riqueza das mulheres negras caso a função se comportasse, para elas, do mesmo modo como se comporta para cada um dos outros grupos. A pergunta é: o quanto aumenta a probabilidade média de mulheres negras estarem entre os ricos em cada um desses cenários? O Gráfico 2 mostra os resultados.

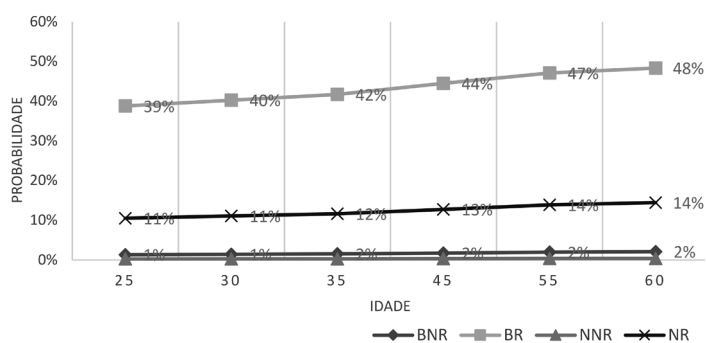


Como se observa, viver a situação que os homens brancos realmente vivem elevaria em quase quatro vezes a probabilidade de mulheres negras serem ricas, mesmo essas mantendo seus níveis educacionais reais, inclusive suas desvantagens em

termos de áreas de formação superior. A situação das mulheres brancas levaria a um aumento sensivelmente mais discreto, mas ainda assim relevante, de 0,3% para 0,6%. Finalmente, se a escolaridade formal das mulheres negras fosse remunerada da mesma maneira que a dos homens negros, elas teriam, em média, 0,5% de probabilidade de estarem entre os ricos. O que isso indica é que em termos de discriminação e de outras desvantagens mais diretamente associadas à sua condição simultânea de raça e de gênero, a mulher negra sofre maiores desvantagens com relação ao homem branco. As desvantagens com relação à mulher branca são menores e praticamente equiparáveis às desvantagens sofridas perante os homens negros.

Passa-se agora aos resultados sobre restrições na conversão de riqueza em *status* sofridas pela mulher negra, indicadas a partir da dinâmica conjugal. Considere-se o conjunto de mulheres na população em estudo. Estima-se então a probabilidade de que cada uma delas viva com um cônjuge rico, ou com um cônjuge não rico ou que não viva com cônjuge. Essa probabilidade será determinada pela cor das mulheres, pela condição ou não de riqueza, pela idade e pelo número de filhos. O modelo é uma regressão logística polinomial, já que a variável de resposta não é binária, mas sim ternária. Após a estimação do modelo, calculam-se as probabilidades de que mulheres de cada um dos quatro grupos definidos simultaneamente por cor e riqueza esteja em cada uma das condições conjugais consideradas. Os resultados para a probabilidade de viver com um cônjuge rico são expostos pelos Gráficos 3 e 4.

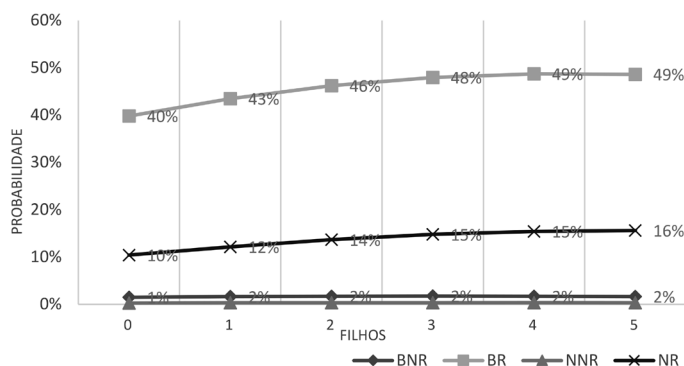
GRÁFICO 3
PROBABILIDADE DE VIVER COM CÔNJUGE RICO EM FUNÇÃO DA IDADE



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

No Gráfico 3, mostra-se como as probabilidades variam, para cada grupo de mulheres, ao longo da idade. No Gráfico 4, em função do número de filhos. Nota-se que a tendência a viver com cônjuge rico é maior quanto maior a idade e o número de filhos. Algo que é esperado considerando-se a relação entre idade, união conjugal e o ciclo

GRÁFICO 4
 PROBABILIDADE DE VIVER COM CÔNJUGE RICO
 EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS



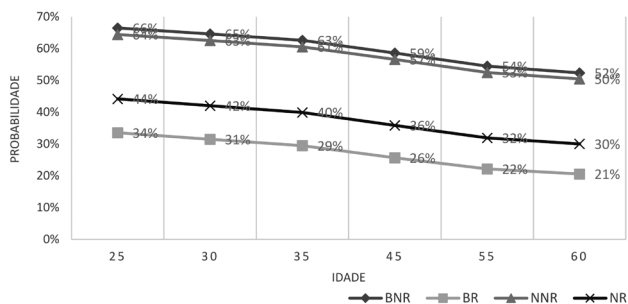
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

de vida das pessoas. Quanto ao número de filhos, há algo interessante: seria de se esperar uma alteração maior da condição de não ter filhos para a de ter um filho, já que se trata de um salto qualitativo em termos de ciclo de vida. No entanto, o que se observa é um crescimento suave ao longo de todas as mudanças de nível da variável. É possível que a variável número de filhos esteja captando efeitos de coorte. Mulheres com maior número de filhos tendem a ser de gerações mais antigas, mais propensas à união conjugal duradoura. Com isso, o número crescente de filhos pode fazer tanta diferença quanto o salto de nenhum para um filho o faz, por estar o primeiro indicando a incidência dessas coortes mais antigas.

Observam-se padrões de probabilidade muito diferentes para mulheres negras ricas e para mulheres brancas ricas. Essas últimas têm probabilidade de estarem casadas com homens ricos chegando à casa dos 50%. Já para as mulheres negras ricas, essa cifra fica em torno de 15%. Entre as mulheres não ricas, as probabilidades de estarem casadas com homens ricos é muito pequena e praticamente não variam em função da cor. Observa-se, portanto, o padrão esperado, com as mulheres negras ricas tendendo menos a uniões endogâmicas segundo a classe. Os gráficos 5 e 6 mostram o cenário em se tratando de probabilidades de união com cônjuges não ricos.

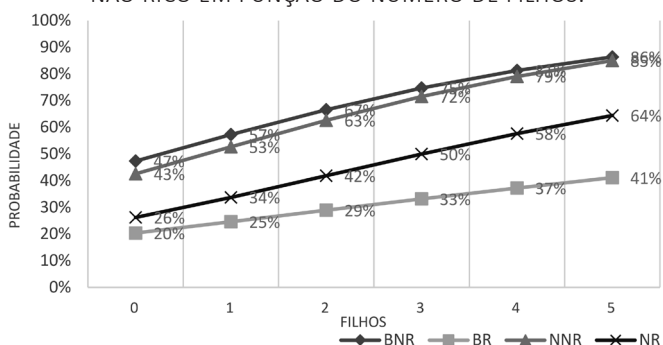
Mais uma vez, entre as mulheres não ricas as diferenças por cor são irrisórias. Já entre as ricas a situação é outra. São as mulheres negras ricas que têm maiores probabilidades de estarem unidas a cônjuges não ricos. Em função da idade, a diferença entre elas e as mulheres brancas fica em torno de 10 pontos percentuais. Em função do número de filhos, essa diferença parte de 6%, chegando a mais de 20%. Para ambos os grupos a probabilidade sobe muito em função do número de filhos, mas sobe

GRÁFICO 5
 PROBABILIDADE DE VIVER COM CÔNJUGE
 NÃO RICO EM FUNÇÃO DA IDADE



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

GRÁFICO 6
 PROBABILIDADE DE VIVER COM CÔNJUGE
 NÃO RICO EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS.

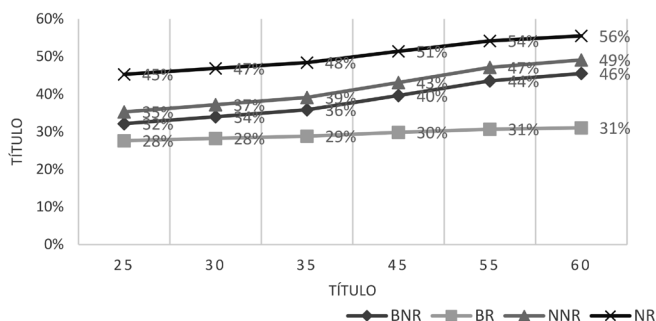


Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

muito mais para as mulheres negras. Em função da idade, o comportamento das probabilidades é algo inesperado: decresce na medida em que a idade aumenta, quando o esperado seria o contrário. Tanto ao se considerar a idade como indicador do ciclo de vida quanto como indicador de coorte, a expectativa seria de maior probabilidade de união quanto maior a idade, quando o oposto é observado. O resultado inesperado talvez se explique por estarem os cônjuges distinguidos entre ricos e não ricos. Como se sabe, a renda das pessoas é crescente em função da idade. Por outro lado, quanto mais velhas as mulheres, mais velhos os seus cônjuges. Assim, quanto maior a idade das mulheres, maior a possibilidade de seus cônjuges serem ricos e essa tendência pode ter prevalecido sobre os resultados, reduzindo a probabilidade estimada para a união com pessoas não ricas. Em outras palavras,

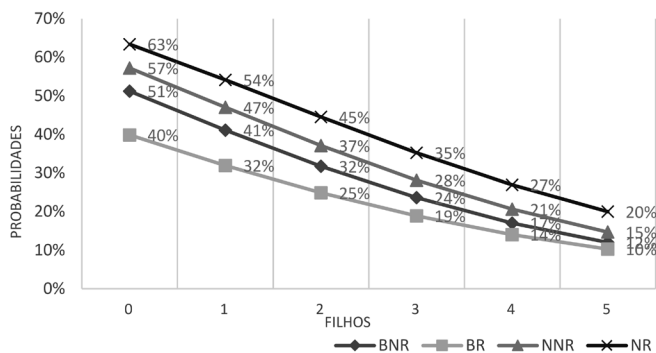
quanto maior a idade das mulheres menor a probabilidade de que a pessoa que com elas vive não esteja entre o 1% mais rico, por essas serem também mais velhas e portanto, em geral, economicamente mais afluentes. De qualquer forma, o dado mais importante é a diferença entre negras e brancas ricas quanto às probabilidades consideradas. Essa diferença é bastante estável ao longo das idades. Os Gráficos 7 e 8 mostram os resultados para a probabilidade de não viver com cônjuge.

GRÁFICO 7
 PROBABILIDADES DE NÃO VIVER
 COM CÔNJUGE EM FUNÇÃO DA IDADE



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

GRÁFICO 8
 PROBABILIDADES DE NÃO VIVER
 COM CÔNJUGE EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS



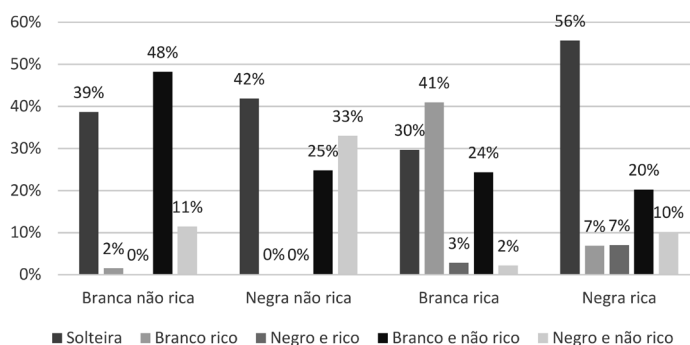
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Observa-se um leve aumento, em função da idade, na probabilidade de não viver com o cônjuge. É possível que isso se explique pelo fato de os homens morrerem, em média, mais jovens que as mulheres, tornando especialmente maior a incidên-

cia da condição de viúva entre as mulheres mais velhas. A mesma probabilidade se reduz acentuadamente com o número de filhos, o que é esperado: na medida em que o número de filhos associa-se à constituição de um grupo familiar, espera-se que o maior número de filhos esteja associado à maior probabilidade de viver com cônjuge. Mais uma vez, as curvas de negras e de brancas não ricas são bem próximas. Já quanto às mulheres ricas, uma grande diferença se manifesta. As mulheres negras ricas são o grupo com maior probabilidade de não viver com cônjuge. As mulheres brancas ricas, por sua vez, são o grupo para quem essa probabilidade é a menor. Para as mulheres negras em geral, a probabilidade de não viver com cônjuge é maior e a riqueza acentua essa tendência. Entre as mulheres brancas, a tendência a não viver com cônjuge é menor e a condição de riqueza a torna ainda menor. Em outras palavras, as mulheres negras tendem a não viverem com cônjuge e o fato de serem ricas acentua essa tendência. Já as mulheres brancas têm maior probabilidade de estarem unidas e o fato de se situarem no topo da distribuição de renda aumenta essa probabilidade.

Resta agora observar simultaneamente a endogamia por raça e por classe. Considere-se o mesmo modelo polinomial do exercício anterior. Agora, ao invés de três níveis de resposta, existirão cinco, diferenciando não apenas cônjuges ricos de não ricos, mas também brancos de negros. Como pode ser notado pelos resultados dos exercícios anteriores, há variações das probabilidades em jogo ao longo da idade e do número de filhos, variáveis relacionadas, ambas, ao ciclo de vida e a efeitos de coorte. Contudo, essa variação não afeta o ordenamento dos grupos de mulheres no que se refere a essas probabilidades. Assim, por economia de exposição, ignoram-se as variações ao longo daquelas variáveis no presente exercício. O modelo continua as incluindo. Porém, após a estimação, seus níveis não são considerados para calcular as probabilidades. Com isso, as probabilidades compu-

GRÁFICO 9:
ENDOGAMIA RACIAL E POR CLASSE.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

tadas equivalem às que seriam encontradas num modelo que não incluísse idade e número de filhos. Os resultados estão apresentados no Gráfico 9.

A distribuição das probabilidades de não viver com cônjuge é conhecida do exercício anterior. As mulheres brancas têm essas probabilidades menores, sobretudo as ricas. As mulheres negras têm probabilidade maior de não viverem com alguém e as negras ricas mais ainda. O que se quer observar agora são os padrões de endogamia racial. Nota-se que as mulheres negras não ricas têm probabilidade próxima de zero de viverem com cônjuges ricos de qualquer cor. Entre os cônjuges não ricos, elas se concentram sensivelmente em cônjuges negros. Assim, as mulheres negras não ricas experimentam alta endogamia de classe e alguma endogamia racial. Já as mulheres brancas não ricas têm alguma probabilidade de viverem com cônjuges ricos e brancos, denotando certa exogamia de classe conjugada a uma endogamia racial. Quando se trata das mulheres negras ricas, nota-se que, no que se refere a cônjuges ricos, elas se distribuem de maneira aproximadamente equânime entre negros e brancos. Em outras palavras, elas experimentam exogamia racial condicional à endogamia de classe (unem-se indistintamente com negros e brancos, quando esses são ricos). Por outro lado, elas experimentam forte exogamia de classe em sentido inferior (probabilidades relativamente altas de viverem com cônjuges não ricos) e, condicional a essa exogamia, uma exogamia racial muito acentuada, com probabilidades expressivamente maiores de estarem unidas a cônjuges não ricos e brancos. Assim, as mulheres negras ricas unem-se antes com brancos do que com negros quando se trata de cônjuges de posição de classe inferior.

As mulheres brancas ricas, por sua vez, apresentam alta endogamia de classe e ao mesmo tempo de cor. Evidenciam elevada probabilidade de estarem unidas a cônjuges igualmente ricos e esses cônjuges tendem muito fortemente a serem brancos (41% contra apenas 3% de probabilidade de serem negros). Quando ocorre exogamia de classe para as brancas ricas, continua existindo uma forte endogamia por raça. São 24% de possibilidade de estarem unidas a cônjuges brancos não ricos, contra apenas 2% de possibilidade de viverem com cônjuges negros e não ricos. Assim, o que se nota é que as mulheres brancas ricas experimentam fortes padrões de endogamia tanto por classe como por raça, especialmente por raça. Já as mulheres negras ricas experimentam uma exogamia de classe em sentido inferior, tendendo menos a se unirem a cônjuges igualmente ricos e, ao mesmo tempo, exogamia racial quando ocorre endogamia de classe e, o que é muito notável, exogamia racial mais acentuada ainda quando ocorre exogamia de classe. Esse último resultado, convergente com estudos anteriores (Petrucci, 2013; Ribeiro & Silva, 2009), sugere existir intercâmbio de *status* entre mulheres negras ricas e homens brancos não ricos, algo que geralmente se discute apenas em se tratando de uniões entre ho-

mens negros de elevado *status* socioeconômico e mulheres brancas em condições socioeconômicas menos favoráveis.

Discussão

As mulheres negras enfrentam desvantagens muito acentuadas quanto à possibilidade de estarem no grupo das pessoas ricas. Mostrou-se um fato muito importante sobre a mediação educacional dessas desvantagens. Por um lado, as mulheres negras têm realizado progressos no que se refere aos níveis globais de educação. Embora esses progressos sejam limitados, deixando-as ainda em desvantagem com relação aos homens brancos e, mais ainda, com relação às mulheres brancas, estas trazem um potencial muito grande para a correção das disparidades de riqueza, sobretudo quando se considera a forte associação entre nível superior de ensino e a probabilidade de estar entre o 1% com maior renda. Contudo, esse progresso é significativamente sobrestimado quando se consideram apenas os níveis globais de educação. Na verdade, as mulheres negras sofrem de um padrão muito desvantajoso de segmentação ao longo das áreas de formação superior. Assim, mesmo com relação aos homens negros, o progresso educacional apresentado pelas mulheres negras é sensivelmente menor do que os índices sobre os níveis globais de realização educacional sugerem. Se as mulheres negras continuarem avançando ao nível superior de ensino sem que se altere o presente padrão de segmentação por áreas de formação superior, tal segmentação surtirá um papel cada vez mais decisivo para a disparidade de riqueza sofrida por elas.

Além desse fato, as mulheres negras também enfrentam um cenário crítico no que diz respeito às condições para converterem um mesmo nível educacional e uma mesma credencial em oportunidades de riqueza. Uma parte substancial da disparidade de riqueza dessas mulheres se deve a essas condições, indicando um alto peso de formas de tratamento diferencial no mercado de trabalho. Essas desvantagens se apresentam na comparação com todos os outros três grupos, indicando mais uma vez que a condição simultânea de sexo e cor das mulheres negras configura uma posição única de vulnerabilidade a práticas de discriminação, a qual não se equipara nem à posição das mulheres brancas, nem à dos homens negros.

Se as mulheres negras enfrentam todas essas barreiras quanto às oportunidades de riqueza, as mulheres negras ricas, por sua vez, enfrentam ainda dificuldades para converter a condição de riqueza em *status*, como indica a dinâmica matrimonial. A maior probabilidade de não união para as mulheres negras em geral é fato bem conhecido e aponta para a desvalorização desse grupo no campo das relações afetivas. Agora, é interessante que para as mulheres negras a condição de riqueza aumente

a probabilidade de não união, enquanto para as mulheres brancas essa relação é a inversa. Esse fato deve ser interpretado diante dos padrões de exogamia e endogamia observados. Como foi visto, em contraste com as mulheres brancas ricas que se unem muito mais frequentemente a homens igualmente ricos, as mulheres negras ricas experimentam exogamia de classe, o que indica existirem restrições para que elas convertam sua posição de riqueza em *status*. Em outras palavras, embora sejam ricas, sua condição racial restringe seus níveis de *status*.

Nesse sentido, o aumento das probabilidades de não união para as mulheres negras ricas pode ser compreendido como consequência de uma dissonância entre expectativas de *status* e possibilidades de realização de *status* no mercado matrimonial. As mulheres negras mais ricas devem elevar suas expectativas quanto ao *status* dos seus cônjuges em potencial, mas, ao mesmo tempo, a discriminação racial rebaixa as condições objetivas de realização dessas expectativas. Se isso é correto, as mulheres negras ricas tendem a enfrentar dificuldades para encontrar cônjuges compatíveis com o que esperam encontrar, naquilo que essa esperança se refere, direta e indiretamente, a posições de *status*, e essa situação explicaria por que, para elas, ainda mais do que para as mulheres negras não ricas, as probabilidades de não união são maiores.

Um fato muito importante é a forte exogamia racial das mulheres negras ricas conjugada à exogamia de classe. É grande a presença no imaginário sobre relações raciais no Brasil a situação de troca de *status* entre homem negro em ascensão social e mulher branca. Ao ascender socialmente, o homem negro procuraria unir-se à mulher de tez mais clara, embora mais pobre, como se o *status* racial dessa mulher compensasse seu menor *status* de classe e como se o homem negro em melhor situação econômica, através dessa união, consolidasse sua própria posição de *status*. O caso é que essa situação também parece ocorrer entre as mulheres negras ricas. A união entre mulheres negras ricas e homens não ricos tem duas vezes mais possibilidades de ocorrer com homens brancos do que com homens negros. É importante ressaltar que isso não equipara as situações vivenciadas por homens e por mulheres negras no mercado matrimonial. As mulheres negras sofrem uma pressão muito maior que se manifesta sobretudo nas altas probabilidades de não união. O que se observa é que, entre as mulheres negras ricas que se unem, também parece operar uma lógica de troca de *status* com cônjuges brancos de classe mais baixa.

Os padrões de exogamia racial observados para as mulheres negras podem estar sendo afetados pela agregação das categorias preto e pardo. Como em termos de dinâmica matrimonial o grupo de pessoas declaradas pardas diferencia-se do grupo de pessoas declaradas pretas, parte da exogamia racial pode se dever à presença dos

pardos na categoria de pessoas negras. Estariam por assim dizer afetados os padrões de endogamia/exogamia racial. Contudo, o mesmo deveria valer em alguma medida para as mulheres brancas, que deveriam ter seu padrão de endogamia racial amenizado pelo agrupamento de homens pretos e pardos, o que não acontece. Sendo assim, a classificação aqui adotada, embora não permita distinguir a situação enfrentada especificamente pelas mulheres declaradas pretas, permite detectar padrões nítidos e consistentes de como clivagens raciais operam na dinâmica matrimonial.

Conclusão

Mostrou-se que a mediação educacional exerce um papel decisivo na mediação da disparidade de riqueza sofrida pelas mulheres negras. Destaca-se o papel da segmentação por áreas de formação superior, que reduz até mesmo as vantagens educacionais que essas mulheres têm em relação aos homens negros e agrava as suas desvantagens educacionais com relação às pessoas brancas, sobretudo homens. Revelou-se também um papel muito forte de processos de discriminação. Esse tipo de desvantagem é maior com relação ao homem branco. Em seguida, vêm as mulheres brancas, seguindo-as de perto, os homens negros.

Confirma-se também que as mulheres negras ricas enfrentam dificuldades para converter sua afluência econômica em posição de *status*. Ao considerar as uniões conjugais como inseridas num processo de formação de *status*, nota-se que as mulheres negras ricas experimentam maior exogamia de classe em sentido inferior, enquanto as mulheres brancas ricas apresentam um elevado nível de endogamia de classe. Mais ainda, a condição de riqueza, para as mulheres negras, implica em probabilidades maiores de não união, o que se pode explicar por uma contradição entre a elevação das suas expectativas subjetivas com relação ao *status* dos seus potenciais cônjuges e o rebaixamento, devido à discriminação racial, dos níveis de *status* que elas tendem realmente realizar a partir de sua condição de mulheres ricas, porém negras.

Abstract: This paper approaches the relative absence of black women amongst the top-incomes in Brazil. The top-incomes are defined as the 1% of people with higher earnings from their main job. We apply logistic regressions to address in what extent educational levels explain the black women's disadvantages on the probabilities of being rich. Through simulations based on the same logistic models, we address the contribution of discrimination for these disadvantages. This paper also addresses how race affects the social status of rich black women, considering matrimonial dynamics as a plausible indicator for status formation. The hypothesis is that rich black women have difficulties to match rich partners, for discrimination in some extent prevents their economic affluence to work as a source of social status. We apply multinomial logistics regression to address the matrimonial dynamics. The data is from the 2010 Brazilian Census.

Key words: racial inequality, gender inequality, top-incomes, status, assortative matching.

Referências

- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. São Paulo: Nacional, 1955.
- BARROS, R. P. de et alii. *Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar*. <www.ipea.gov.br>, Jun. 2001.
- BARROS, R. P. DE; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. *Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil*. <www.ipea.gov.br>, Jul. 2007.
- BAUER, T. *An extension of the Blinder-Oaxaca decomposition to non-linear models*. Essen: RWI, 2006.
- BENTO, M. A. S. Mulher negra no mercado de trabalho. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 479, Jan. 1995.
- BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N. A. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 177-200, 2004.
- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. *The Journal of Human Resources*, v. 8, n. 4, p. 436, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*, Ano 2, p. 179, Segundo Semestre 1994.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. *Estudos Feministas*, v. 7, n. 1-2, p. 9, 1999.
- BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 105-138, 2004.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.
- COSTA, L.; RIBEIRO, M. *Estrutura ocupacional e mercado de trabalho feminino*. eMetropolis, 2000.
- COTTON, J. On the decomposition of wage differentials. *The Review of Economics and Statistics*, p. 236-243, 1988.

DE CARVALHO, A. P.; NÉRI, M.; NASCIMENTO SILVA, D. B. do. *Diferenciais de salários por raça e gênero no Brasil: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006, mimeo.

FAIRLIE, R. W. The absence of the African-American owned Business: an analysis of the dynamics of self-employment. *Journal of Labor Economics*, v. 17, n. 1, p. 80-108, Jan. 1999.

FIGUEIREDO, A. Fora do jogo. *Cadernos Pagu*, v. 23, p. 199-228, 2004.

FRAZIER, E. F. *Black bourgeoisie*. Glencoe (Ill): Free Press, 1957.

GALEAZZI, I. M. S. *et alii*. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. *Mulher e Trabalho*, v. 3, 2011.

GOLDIN, C. *The U-shaped female labor force function in economic development and economic history*. [s.l.] National Bureau of Economic Research, 1994. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w4707>>. Acesso em: 27 Abr. 2015.

HOETKER, G. The use of logit and probit models in strategic management research: critical issues. *Strategic Management Journal*, v. 28, n. 4, p. 331-343, 2007.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.

HOFFMANN, R.; OMETTO, A. M. H.; ALVES, M. C. Participação da mulher no mercado de trabalho: discriminação em Pernambuco e São Paulo. *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 3, p. 287-322, Jul. 1999.

KALMIJN, M. Inter-marriage and homogamy: causes, patterns, trends. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 395-421, Jan. 1998.

KITAGAWA, Evelyn M.; HAUSER, Philip M. Education differentials in mortality by cause of death: United States, 1960. *Demography*, v. 5, n. 1, p. 318-353, Mar. 1968.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza o caso brasileiro. *Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, p. 464, 1996.

LIMA, M. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 489, Jan. 1995.

LOMBARD, K. V. Women's rising market opportunities and increased labor force participation. *Economic Inquiry*, v. 37, n. 2, p. 195-212, Abr. 1999.

- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. F. DE. The rich, the affluent and the top incomes. *Current Sociology*, Out. 2014.
- MORTENSEN, D. T. Matching: finding a partner for life or otherwise. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. S215-S240, Jan. 1988.
- NORTON, E. C.; WANG, H.; AI, C. Computing interaction effects and standard errors in logit and probit models. *State Journal*, v. 4, p. 154-167, 2004.
- OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v. 14, n. 3, p. 693-709, Out. 1973.
- OAXACA, R. L.; RANSOM, M. R. On discrimination and the decomposition of wage differentials. *Journal of Econometrics*, v. 61, n. 1, p. 5-21, Mar. 1994.
- OLIVEIRA FONTOURA, N. DE; GONZALEZ, R. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade? *Mercado de Trabalho*, v. 41, p. 21, 2009.
- OLIVEIRA, R. DE V. C. DE. *Modelos de Goodman: perfis das uniões pela cor dos casais*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.
- PACHECO, A. C. L. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras. *Afro-Ásia*, v. 34, p. 153-188, 2006.
- PETRUCCELLI, José Luis *et alii*. *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- RAMOS, L.; SOARES, A. L. *Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil*. <<http://www.ipea.gov.br>>, Out. 1994.
- REIMERS, C. W. Labor market discrimination against hispanic and black men. *The Review of Economics and Statistics*, v. 65, n. 4, p. 570-579, Nov. 1983.
- RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. DO V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. *Dados*, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009.
- ROCHA, C. D. *et alii*. *O fenômeno teto de vidro na ascensão à posição hierárquica das mulheres no mercado formal*. Barreiras: XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.
- SCHWARTZ, C. R. Trends and variation in assortative mating: causes and consequences. *Annual Review of Sociology*, v. 39, n. 1, p. 451-470, 2013.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SILVA, N. DE D. V.; KASSOUF, A. L. Mercados de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação. *Nova Economia*, v. 10, n. 1, Out. 2013.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. *A participação feminina no mercado de trabalho*. <www.ipea.gov.br>, Dez. 2002.

SOARES, S. S. D. *Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. <www.ipea.gov.br>, Nov. 2000.

SOUZA, P. F. DE; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Inequality of opportunities in Brazil: considerations on class, education, and race. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, p. 77-100, Jun. 2010.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TEYKAL, C. M.; ROCHA-COUTINHO, M. L. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. *Psico*, v. 38, n. 3, 2007.

TREIMAN, Donald J. *Quantitative data analysis: doing social research to test ideas*. New York: Jossey-Bass, 2010.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

YUN, Myeong-Su. Wage differentials, discrimination and inequality: A Cautionary note on the Juhn, Murphy and Pierce decomposition method. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 56, n. 1, p. 114–122, 2009.